

**HABEAS CORPUS Nº 560.189 - SP (2020/0026886-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEGMAR DOS SANTOS SILVA  
**ADVOGADO** : DEGMAR DOS SANTOS SILVA - SP348172  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : IGOR AUGUSTO TOBIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 35):

HABEAS CORPUS – Tráfico de entorpecentes – Revogação da prisão preventiva – Impossibilidade – Presença dos requisitos ensejadores da segregação cautelar – Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 da Lei 11.343/2006.

A defesa busca a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de que não estão presentes os requisitos autorizadores, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogar a custódia ou aplicar cautelares diversas.

A liminar foi deferida (fls. 44-46).

As informações foram prestadas (fls. 50-91).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento da ordem e a cassação da liminar concedida (fls. 95-97).

Na origem, Processo n. 1500425-55.2019.8.26.0464, aguarda-se a conclusão do incidente de dependência toxicológica, para posterior apresentação das alegações finais das partes, conforme informações eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em 19/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva está assim fundamentada (fls. 24/26):

[...] III. A Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a

investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando as outras medidas cautelares alternativas à prisão não forem cabíveis, ou melhor, mostrarem-se insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (art. 282, § 6º, do CPP).

No caso, verifica-se que estão presentes os requisitos da prisão preventiva: trata-se, em tese, de delitos dolosos cujas penas máximas superam os quatro anos e há provas da materialidade e indícios da autoria. Além disso, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal.

Consigne-se que o tráfico de drogas é delito equiparado ao hediondo e cujo tratamento exige maior rigor. A Lei 11.343/06, em seu art. 44, estabelece a vedação da concessão de liberdade provisória aos acusados de praticarem o delito de tráfico. Dessa forma, por expressa vedação legal, o benefício não poderia ser concedido, mormente quando presentes, como no caso, os requisitos da prisão cautelar.

Ademais, o crime de tráfico de drogas é grave e vem causando temor à população obreira, em razão de estar relacionado ao aumento da violência e criminalidade, estando muitas vezes ligado ao crime organizado. Além disso, é fonte de desestabilização das relações familiares e sociais, gerando, ainda, grande problema de ordem de saúde pública em razão do crescente número de dependentes químicos e viciados.

**Por outro lado, as circunstâncias que cercaram a abordagem do autuado, flagrado em poder de quantidade e variedade considerável de drogas, o local e a forma de acondicionamento dos entorpecentes apreendidos, evidenciam, num primeiro exame, o seu envolvimento com a criminalidade, sendo de rigor a manutenção da custódia cautelar para garantia da ordem pública e social.**

Vale observar que o averiguado possui processo em andamento pelo mesmo delito em tela (fls. 29/31).

Relevante considerar, ainda, que o averiguado não comprovou, documentalmente, ter ocupação lícita e residência fixa no distrito da culpa, tornando-se temerária sua imediata soltura, pois haveria risco de obstrução do andamento de eventual processo, caso não localizado para ser pessoalmente citado, em vista do teor do disposto no art. 366, do Código de Processo Penal. Portanto, também por conveniência da instrução criminal, necessária a conversão da prisão em flagrante em preventiva.

Nestes termos, considerando a gravidade do crime imputado ao autuado, as circunstâncias fáticas do caso e as condições pessoais do averiguado, a liberdade provisória e as medidas cautelares diversas da prisão (previstas no art. 319 do CPP) são absolutamente inadequadas e insuficientes para o caso concreto, razão pela qual, nos termos do art. 282 c.c. art. 310, II, do CPP, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva mostra-se de rigor.

Ao final, cotejando o exame médico preliminar presente nos autos, bem como verificando a ausência de lesões aparentes no custodiado, reputo desnecessária a apuração de eventual excesso da guarnição policial.

IV. Ante o exposto com base no art. 310, II, do CPP, CONVERTO a prisão

# Superior Tribunal de Justiça

em flagrante de IGOR AUGUSTO TOBIAS em PREVENTIVA, expedindo-se o competente mandado de prisão/conversão. [...]

Conforme decisão liminar, a prisão preventiva encontra-se fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, entre outros motivos abstratos, em razão da quantidade de entorpecente apreendida com o paciente na resistência durante a abordagem – 12,64g de maconha e 10,75g de cocaína –, e por haver processo em andamento pelo mesmo delito.

Ocorre que a quantidade de droga apreendida com o agente não se mostra especialmente relevante e os outros argumentos não demonstram a imperiosidade da constrição.

Nesse contexto, entendo ser suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, para evitar a reiteração criminosa, sendo as seguintes: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando o acusado ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, confirmando a liminar deferida, concedo o *habeas corpus* para a soltura da paciente IGOR AUGUSTO TOBIAS, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial e de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator